

AS DISPUTAS SIMBÓLICAS DENTRO DA POLÍCIA FEDERAL EM CURITIBA

Paulo Igor de Oliveira Lima¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise sobre a atuação do poder simbólico dentro do ambiente laboral da Polícia Federal em Curitiba, nos anos de 2014 a 2023, período da Operação Lava-Jato. Procuramos verificar a existência de tal poder e como ele atua e, fazendo uso de entrevistas e de análises documentais, focamos na pertinência dos símbolos em duas dimensões do órgão: a institucional e a relacional. Em ambas as situações foi percebido que o uso de vocábulos como “doutor” e “autoridade”, entre outros símbolos, configura-se como ferramenta válida de distinção e controle, não só buscadas entre os servidores, mas legitimada pela via institucional. Diante da dualidade causada entre o uso particularista de elementos de diferenciação em um ambiente regrado por valores públicos serão analisadas as implicações do uso deste poder simbólico sobre os conceitos atinentes ao serviço público da impessoalidade e da pessoalidade. Ao final será ainda aplicado o método da prosopografia para entender como a conformação de uma origem comum entre os Superintendentes da Polícia Federal em Curitiba pode contribuir para uma consecução de valores organizacionais que se utilizam da dinâmica de apropriação do poder.

Palavras-chave: Polícia Federal. Poder. Poder simbólico. Doutor.

SYMBOLIC DISPUTES WITHIN THE FEDERAL POLICE IN CURITIBA

Abstract: The present work proposes an analysis of the role of symbolic power within the work environment of the Federal Police in Curitiba, from 2014 to 2023, the period of “Operação Lava-Jato”. We sought to verify the existence of such power and how it operates and, using interviews and documentary analyses, we focused on the relevance of symbols in two dimensions of the body: institutional and relational. In both situations, it was noticed that the use of words such as “doutor” and “autoridade”, among other symbols, constitutes valid tools of distinction and control, not only sought among employees, but legitimized through institutional means. Given the duality caused between the particularistic use of elements of differentiation in an environment governed by public values, the implications of the use of this symbolic power on the concepts relating to the public service of impersonality and personality will be analyzed. At the end, the method of prosopography will also be applied to understand how the formation of a common origin among the Superintendents of the Federal Police in Curitiba can contribute to the achievement of organizational values that use the dynamics of appropriation of power.

Keywords: Federal Police. Power. Symbolic Power. Doctor.

Introdução

Esse artigo visa sintetizar o trabalho *República dos Doutores: A disputa pelo poder simbólico dentro da Polícia Federal em Curitiba* (2024), de autoria deste. A pesquisa buscou verificar a existência, e compreender os efeitos, de um poder simbólico atuante dentro da Polícia Federal em Curitiba nos anos referentes a Operação Lava-Jato.

¹ Mestrando da Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Contato: pigor8427@gmail.com

Durante as investigações a instituição alcançou uma grande exposição midiática, da qual decorreu uma imagem de impessoalidade, retidão e combate a corrupção. Essa percepção refletiu-se no alto grau de confiabilidade que o órgão alcançou perante a sociedade. Em pesquisa realizada em 2023 verificou-se que 41% confiam muito, 39% confiam pouco e somente 12% não confiam na Polícia Federal. O resultado foi ainda replicado em outra pesquisa também feita em 2023, na qual, em uma escala de 0 a 100, onde 100 é o máximo de aprovação, a Polícia Federal foi o segundo mais bem colocado com a nota 70 ao lado da Igreja. Tamanha aprovação, contudo, chama atenção por se tratar de uma instituição cuja capacidade legal atinge a restrição de direitos e liberdades.

A despeito da percepção social de retidão e impessoalidade, veremos ao longo deste trabalho que existem práticas oficiais e oficiosas no universo intramuros da repartição que se estabelecem numa dinâmica conflituosa regida por símbolos. Essas disputas podem, inclusive, envolver o soerguimento do interesse pessoal sobre o público, subvertendo a associação entre a Polícia Federal e a impessoalidade.

A proposição deste trabalho é justamente explicitar essas práticas e compreendê-las, e para tal foi eleito um vetor; um símbolo presente no cotidiano do órgão que governa as relações, e que se reveste de um caráter distintivo: o vocábulo “doutor”.

Metodologia

Para alcançar aquilo que nos propusemos, dispomos de algumas ferramentas. A primeira delas é a autoetnografia. Este autor é servidor da Polícia Federal há 13 anos, e trabalhou pelo menos 6 anos em Curitiba. Neste trabalho, a convivência tão próxima do objeto de estudo proporcionou uma experiência única, pois, ela concedeu acesso a setores, processos e formas de pensar. A vivência dentro de um ecossistema fechado permitiu a formação de um olhar singular, certamente inalcançável para quem observa de fora.

Contudo, acompanhar um objeto de estudo tão de perto forma vieses muito particulares. Qualquer pesquisa ou pesquisador carrega os seus. E, aqui, já tomamos parte nessa discussão entendendo que não é possível compreender a realidade de uma forma completamente objetiva. O que podemos captar são fragmentos, que contém nossas impressões, nossos sentimentos. Assim, sem negar que nosso olhar possui vieses, muitas vezes até inconscientes, buscamos através do método tornar esse trabalho o mais objetivo possível. E o primeiro passo no caminho de uma certa objetividade é justamente esse reconhecimento. O entendimento da subjetividade

presente é necessário para uma melhor autorreflexão sobre uma realidade tão próxima. O objeto pesquisado também foi por este autor vivido, sendo o trabalho de autoetnografia uma reflexão, uma analítica sobre aquilo vivenciado. O afastamento necessário à pesquisa foi obtido por uma análise crítica e metódica do papel não só deste autor e de suas vivências, mas dos dados aqui obtidos.

Outra ferramenta à disposição, muito em virtude de circular no espaço social alvo da pesquisa, são os documentos. Estes, oficiais ou oficiosos, dizem bastante a respeito da rotina da repartição. Além de marcos legais como a constituição e leis infraconstitucionais foram escrutinados documentos referentes a rotina da Polícia Federal, como *Manual de Redação da Presidência da República* (2018) o documento *Organização, Atribuições e Valores da Polícia Federal* (2009) e o *Caderno Temático do VI CNDPF* (2014). Além destes, serão analisadas postagens feitas na intranet e na internet oficiais como o texto *Valores e Missão da Polícia Federal* (2023). A exceção do primeiro que foi obtido na intranet do órgão e não está à disposição do público em geral para a consulta, os demais foram obtidos em sites governamentais oficiais. Além do caráter confessional, os documentos, principalmente os oficiais, guardam uma importante tarefa de se contrapor e assim revelar o aspecto impessoal das relações.

Como veremos mais adiante, as manifestações do poder simbólico ocorrem tanto no âmbito legal, como no pessoal. A fim de compreender essa segunda dimensão também realizamos entrevistas com 7 servidores de cargos diferentes a fim de captar não só as manifestações do poder cotidianas, mas como elas são internalizadas por cada um dos entrevistados.

Todos os materiais colhidos em campo como as entrevistas e os documentos foram submetidos a uma análise bibliográfica. As discussões sobre o poder simbólico, a pessoalidade e impessoalidade já foram exaustivamente debatidos em diversos espaços acadêmicos diferentes. Dessa forma, buscamos entender o fenômeno que ocorre na Polícia Federal em Curitiba, utilizando por base o conhecimento desenvolvido por diversos autores, dentre eles Pierre Bourdieu (1989), Norbert Elias (1993) e Raimundo Faoro (2001).

Além dos métodos já apresentados, como nosso trabalho se propõe a compreender os meandros do poder, apresentaremos um trabalho prosopográfico sobre os 3 Superintendentes da Polícia Federal em Curitiba na Era Lava-Jato. Aqui, buscaremos compreender como origens comuns podem influenciar aqueles que compreendem a elite do órgão a manter dinâmicas de poder.

A Polícia Federal

Antes de adentramos nas práticas de poder, cabe-nos compreender um pouco melhor a história e o funcionamento da Polícia Federal.

A Polícia Federal foi criada em 1944 por decreto do Presidente Getúlio Vargas. A Lei 6378/1944 repassava a então Polícia Civil do Distrito Federal, que ficava no Rio de Janeiro, algumas competências de âmbito nacional como o serviço de polícia marítima e de fronteiras e a transformava no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).

Somente na década de 1960 houve uma reorganização maior do órgão. Por conta do golpe militar entendia-se que havia a necessidade de um serviço policial com maior capacidade de atuação em todo o território. Assim, em 16 de novembro de 1964 foi criada a Lei 4483/64 que expande consideravelmente o rol de atribuições.

Uma nova reestruturação dos Cargos foi realizada em 1985 com a conformação de cargos que o órgão possui atualmente, e em 1996 foram estabelecidos novos critérios para ingresso, dentre eles a exigência de nível superior para todos os cargos, sendo o de Delegado, exclusivo aos Bacharéis em Direito.

Hoje, a Polícia Federal possui 5 cargos da carreira policial, a saber: Delegado, Perito, Agente, Escrivão e Papiloscopista, que atuam na área fim. Além destes, o órgão é composto por uma carreira administrativa, que atua nas áreas meio, além de estagiários e funcionários terceirizados.

A Polícia Federal possui um extenso rol de atribuições está previsto no art. 144 da Constituição Federal:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei, como órgão permanente, organizado e mantido pelo União e estruturado em carreira, destina-se a:

I- Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens e serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II- Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III- Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV- Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” (BRASIL, 1988, Art. 144).

Recentemente, o órgão ganhou destaque nacional através das grandes operações que atingiram as elites políticas do país. Desde a operação Satiagraha, que foi a primeira em 2004, até a recente Lava-Jato, que se encerrou em 2023, muitas foram realizadas dando uma projeção midiática muito grande. Principalmente na última, da qual decorreram prisões de ministros de estado e até do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, percebemos um fenômeno que foi a exposição política de muitos de seus membros. Figuras da Polícia Federal como o delegado Francischini, ou de outros órgãos como Sérgio Moro, o ex-juiz da Lava-Jato, ocuparam cargos políticos.

Os dois exemplos de Franceschini e Moro foram citados nesta altura para compreendermos que existiu uma transferência, deliberadamente provocada ou não, da notoriedade angariada por alguns órgãos públicos, como a Polícia Federal e a Justiça Federal, para seus integrantes. Tal fato pode ser observado no trabalho desenvolvido por Nicolas Paes Coelho no artigo *Família e Política: capital político familiar no PODEMOS paranaense (2017-2021)*, (2023).

Esse fenômeno catapultou esses e outros nomes ao cenário político brasileiro. Assim, o grau de confiabilidade que a instituição possui é capaz de construir símbolos que se atrelam àqueles que ali trabalham. Ainda que não seja o objeto de nossa pesquisa observar os efeitos externos da utilização destes símbolos. Eles também geram resultados intramuros. Muitos servidores têm consciência dessa dinâmica e buscam alcançar um destaque, que pode começar internamente, para eventualmente ter repercussões sociais suficientes para elevá-los aos holofotes.

Nessa dinâmica interna de busca por destaque percebemos que há uma disputa institucional em torno do vocábulo “autoridade”. A Associação dos Delegados de Polícia Federal reivindica a exclusividade do uso para o cargo de Delegado, pois este se vincularia ao cargo. Já A Federação dos Policiais Federais, que representa os demais cargos defende um uso mais abrangente, pois o termo seria adequado a função. A despeito dos argumentos, a mera disputa, demonstra como o símbolo de poder representado pelo vocábulo “autoridade”, é um objeto de disputa pelos servidores. Como vermos ainda mais a frente, essa adesão a um símbolo de poder tende a conformar uma figura distintiva que se justifica a necessidade de tratamento diferenciado.

Seja através da absorção do capital público do órgão com fins a promoção pessoal, ou da busca por uma imagem distintiva interna, já começamos a perceber que há uma pessoalidade

latente no órgão e que macula a imagem de distanciamento. Mas para compreender esse fenômeno por dentro, devemos primeiro entender como funciona o poder.

Sobre o Poder

Neste trabalho, quando falamos no poder buscamos compreendê-lo sob a sua ótica social. O primeiro conceito que circunscreverá todo este trabalho: o de esfera de atuação. Segundo (BOBBIO, 1998), o poder social atua em um espaço social delimitado. Este pode ser maior ou menor, mas é circunscrito a uma *locus perceptivo*.

Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos. O Poder do médico diz respeito a saúde; o do professor à aprendizagem do saber; o empregador influencia o comportamento do empregado sobretudo na esfera econômica e na atividade profissional; e um superior militar, em tempos de guerra, dá ordens que comportam o uso da violência e a capacidade de matar ou morrer” (BOBBIO, 1998, p. 934).

Como vimos no excerto do autor italiano, um mesmo indivíduo está sujeito a diversos formas de poder oriundo de lugares diferentes, sendo fundamental estabelecermos as esferas de irradiação e disseminação que contemplaremos em nosso estudo. Em nosso estudo observaremos duas fontes emanadores do poder: a primeira institucional-oficial, e a segunda social-relacional.

A primeira é bastante vinculada a capacidade legal do Estado de gerir as disputas. Essa foi fundada pelos conformadores do Estado modernos, dentre os quais se destacam Hobbes (1997) e Rousseau (2011). Por ser uma perspectiva oficial, legitimada pelos meios de comunicação, pelo Direito, e pelo aparelho de ensino, reveste-se de perspectiva imaculada, pois decorrente da racionalidade. Contudo, há autores, como Foucault e González que procuraram remover a capa de imparcialidade que reveste o Estado, e apresentá-lo, como embebido pela moral:

Ahora el ejercicio del poder en las sociedades modernas – o al menos que se abocan a serlo – se veicula a través de la proliferación de una serie de instituciones (talleres, escuelas correcionales, hospicios, manicómios, cárceles) y de prácticas discursivas (constituciones, registros, censos, mapas, gramáticas, dicionários, manuales de urbanidade y tratados de higiene) que conforman todo un conjunto de <<tecnologías especializadas>> e instituciones del orden público que coercionan, controlan, sujetan, regulan con docilidad el movimiento de los cuerpos para hacer de ellos

subjetividades domesticadas – sujetos del Estado – y poder neutralizar los peligros de agentes descentrados. (STEPHAN, 1996, p. 22).

Além deste Poder Estatal, que é legalmente constituído, e que se impõe desde cima, temos outro que surge no calor das relações. Poderíamos chamá-lo: Poder Visto de Baixo, que se manifesta no cotidiano. Quem estudou essa dinâmica, através dos manuais de conduta da sociedade de corte da Europa foi Norbert Elias (1993).

O processo “civilizador” visto a partir dos aspectos dos padrões de conduta e do controle das pulsões é a mesma tendência que, se considerada do ponto de vista das relações humanas, aparece como um processo de integração em andamento, um aumento na diferenciação de funções sociais e na interdependência e como a formação de unidades ainda maiores de integração, de cuja evolução e fortuna o indivíduo depende, saiba disso ou não (ELIAS, 1993, p. 79).

O processo chamado de civilizador era construído a cada diálogo e conversa, na qual os indivíduos analisavam cognitivamente como deveria agir naquele momento a fim de obter uma melhor inserção no meio. A imposição ou a submissão ao poder eram eleitos no calor da convivência, de acordo com a percepção de cada indivíduo. Nas duas esferas, tanto oficial, quanto na relacional, entretanto, o poder de caráter impalpável materializa-se por meio de símbolos.

O autor que melhor apresentou a questão simbólica foi Pierre Bourdieu. Em seu livro *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (2007), ele traça um enorme panorama da sociedade francesa, e ao observar as respostas de questionários de integrantes de diferentes escalas sociais, ele destaca que há uma aderência maior a símbolos de status, visando uma distinção que se consubstancia na uma elevação da percepção social de cada grupo.

a dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais entretanto apropriados pelas camadas subalternas (BOURDIEU, 1989, p. 4).

O símbolo ultrapassa a sua característica mais estruturante, não se reduzindo a ela. Ele soergue-se das relações, estabelecendo acordos sobre as formas de conhecer a realidade. É nesse sentido que em *O Poder Simbólico* (1989), Bourdieu torna o símbolo algo estruturante, porém estruturado.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama conformismo lógico, quer dizer, uma concepção

homogénea do tempo, do espaço, do numero, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências. Durkheim – ou, depois dele, Radcliff Brown, que faz assentar a solidariedade social no fato de participar de um sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a função social (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autentica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são instrumentos por exceléncia de integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles se torna o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição para a integração moral. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Dessa forma, o poder simbólico permeia a sociedade, e, ao mesmo tempo, estabelece, de forma contínua, o grande referencial daquilo que deve ser buscado dentro dos mais diversos campos.

Um exemplo da aplicação da teoria sobre a distinção de Bourdieu à sociedade brasileira é o texto escrito por Mônica Goulart *Poder Político e Familiar na ALEP: 1947-1962* (2016). Ao fazer uma retomada da formação de uma elite política que remonta aos laços familiares a autora percebe, assim como nossa pesquisa, a utilização de um vocábulo como ferramenta de distinção entre aqueles que estão inseridos nesta disputa dentro do campo político.

No texto citado, a autora investiga a atuação dos políticos em seu campo, atendendo as suas regras. Percebe-se, porém, que não há isonomia na capacidade de imposição dentro do jogo político, e uma das ferramentas que concede ao indivíduo a preponderância sobre os demais é o sobrenome.

Ao observar a dinâmica de um campo ou subcampo, Bourdieu enfatiza que níveis desiguais de poder resultam em estratégias legais para a permanência das posições dominantes ocupadas por seus agentes. No caso da ALEP, evidencia-se que essas posições acabam por beneficiar determinados agentes em detrimento de outros, que não dispõem das mesmas condições, sejam elas materiais ou simbólicas. Como aspectos materiais compreendemos os recursos econômicos que se colocam como fundamentais para a sobrevivência do agente e, nesse caso, são identificados pela ocupação/profissão exercida pelo parlamentar, mas também está relacionado ao patrimônio financeiro da família, além da força simbólica legitimada pelos sobrenomes que demarcam longa duração no campo político paranaense. (GOULART, 2016, p. 206).

Assim como no exemplo de Goulart, na Polícia Federal a capacidade de possuir uma diferenciação na percepção de seu cargo perante os demais, através do uso de pronomes de tratamentos adequados, serve de condicionante a solicitação de outras diferenciações, como vemos novamente no documento emitido no *IV Congresso Nacional de Delegados da Polícia Federal* (2014), que compila as intenções do Delegados para o seu cargo.

2.2.8 – Regulação do uso do correto pronome de tratamento

O correto pronome de tratamento exigível nas comunicações oficiais endereçadas ao Delegado de Polícia deverá ser o de “Vossa Excelência (VI CONGRESSO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL, 2014, p. 25).

2.1.18 – Direito de Preferência ao uso de Vagas de garagem

Todo Delegado de Polícia Federal tem direito e preferência no uso das vagas das unidades da Polícia Federal, independentemente da ocupação da chefia. As demais vagas de estacionamento das instalações da Polícia Federal, destinadas aos veículos particulares serão ocupadas por ordem de chegada. (VI CONGRESSO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL, 2014, p. 22).

Nesses dois dispositivos chama atenção o primeiro, no qual há uma busca pela institucionalização do caráter distintivo, muito semelhante ao que vimos no caso do vocábulo autoridade. Busca-se, criar uma presunção de antecedência de um cargo sobre os demais. Essa presunção sustenta-se agora, não na legislação, que entende haver somente uma carreira na Polícia Federal, mas numa imagem de excepcionalidade, apresentado perante terceiros via a adoção do vocábulo “Vossa Excelência”.² No segundo momento vemos a naturalização de um benefício ao cargo, lastreado em grande parte na imagem de distinção sustentada nos símbolos anteriormente apresentados.

Entendemos assim que existem duas fontes emanadoras do Poder: o institucional e o pessoal, em uma relação na qual eles se tocam e se influenciam. Essa compreensão de que existem esses dois polos de emanação já foi objeto de estudo de sociólogos que estudaram a sociedade brasileira.

Dentre eles está Raymundo Faoro, àquele que inaugurou essa linha perspectiva. Para o autor, há um patrimonialismo, instaurado no Estado Brasileiro, desde a sua origem portuguesa. Este foi fundado e conservado para e por benefício de uma elite que se prolonga no tempo.

O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige. O mercantilismo opera, sob tal constelação, com agente unificador e centralizador, versado contra o disperso e universal mundo da idade média. O Estado, desta forma, elevado a uma posição prevalente, ganha poder, internamente, contra as instituições e classes particularistas, e, exatamente se estrutura como nação em confronto com outras nações (FAORO, 2001, p. 80).

² No artigo 144 §1º da CF88 – A polícia federal é descrita como “órgão permanente organizado e mantido pela União e estruturado em carreira”. O texto chama atenção pelo uso do singular, o que remete ao entendimento de que existe uma única carreira.

Outro autor que observou o problema por outro ângulo foi Sergio Buarque de Holanda. Para ele, há uma perspectiva culturalista. O patrimonialismo é algo que permeia toda a sociedade e não exclusivo às elites. Isso é fruto do homem cordial, aquele que se deixa levar pelas emoções, privilegiando o âmbito familiar. A proximidade relacional é tamanha, que Sérgio Buarque de Holanda vê esse padrão na relação entre o brasileiro e sua religiosidade. Há uma proximidade quase familiar com os santos e deuses. O que para ele, inviabiliza a formação de uma moral religiosa, como a moral do trabalho protestante.

O patrimonialismo desenvolve-se diretamente do personalismo, impedindo o desenvolvimento de um Estado racional e crítico. O Estado permanece com uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar baseada na preferência particularista dos afetos, alfa e ômega do personalismo quanto concepção de mundo (SOUZA, 2000, p.166).

Um autor mais contemporâneo a abordar a temática é Roberto da Mata. Para ele existem espaços sociais separados, onde em um deles é adequado ser o indivíduo que preza pela impessoalidade e o outro permeado pelo âmbito pessoal. Ele toma a sociedade norte-americana como exemplo de separação destes campos. O Brasil, ao contrário, caracteriza-se pela submissão de um campo pelo outro. O que ele chama metaforicamente de substituição da rua (campo do trabalho e da impessoalidade) pela casa (campo familiar e relacional).

A essa perspectiva de Da Mata (1997) é muito cara a nossa pesquisa, pois reflete uma interferência de um interesse pessoal sob o universo público. Essa ideia foi deveras apresentada em uma série de estudos da revista NEP. Ao longo de muitos anos vêm estudando as ligações de origem, particularmente, as ligações familiares e ideológicas da sociedade brasileira e paranaense. O estudo faz uso de diversas técnicas, entre elas a prosopografia, que aqui também será adotada, a fim de compreender de forma fática como os vínculos são formados, através de uma perspectiva histórica. Servidores de todos os poderes já tiveram suas vidas escrutinadas e foram encontradas conexões duradouras que são reforçadas através de vínculos familiares, de amizade ou de conveniência. Segundo os estudos do NEP esses vínculos tendem a reprodução por uma dinâmica de pertencimento a determinado segmento.

Há conexões familiares de longa duração entre poderes e instituições estatais. Não apenas existe uma certa reprodução social na composição dos quadros jurídicos, com indivíduos originários da mesma classe social, das mesmas famílias, escolas, faculdades de direito, universidades, escritórios advocatícios, cartórios e grupos sociais inseridos em controles e na reprodução de mecanismos do sistema judicial, mas também certo ethos, ideologia, socializações, sociabilidades, experiências sociais em comum e uma cultura específica perpassando as genealogias, gerações e as

diferentes instâncias da reprodução social e política no campo jurídico. (OLIVEIRA, 2015, p. 352).

Nosso trabalho também está situado neste universo analítico que compreende a sociedade brasileira e no nosso caso mais específico, a Polícia Federal de Curitiba, como imersa em processos de imposição de poder e interesse em um nível pessoal que se projeta sobre o interesse público. Buscamos, entretanto, também demonstrar como essa prática se manifesta por meio de símbolos e ideais comuns.

Símbolos e Entrevistas

O que iniciou este trabalho foi o uso do vocábulo “doutor”. Este autor percebia a disseminação da prática, que não tinha o respaldo legal, mas persistia. Ao ouvir dos servidores o que estes achavam muitos o entendiam como normal, em amplo aspecto, outros compreendiam seu uso diante de certas situações, como diante de um bandido para reforçar a autoridade do policial, e outros discordavam frontalmente de seu uso.

Apesar dessa variedade de respostas algumas foram bastante instigantes. Em uma das entrevistas fica explícita a apropriação do nome doutor usado no ambiente público para fins pessoais.

Entrevista 2 (ex-funcionário(a) terceirizado(a))

Entrevistador: Qual a sua opinião sobre esses pronomes de tratamento? Algum tipo de tratamento diferenciado... Você acha que realmente porque ele ocupa um cargo importante ele tem que ser chamado assim para se diferenciar ou você acha que não que tem que ser todo mundo igual? Qual a sua opinião pessoal?

Entrevistado(a): Eu acho que em relação ao cargo sim, mas as vezes eu chamava até na questão pessoal, mantinha um respeito até em conversas ali pessoais, que não era necessário, então você acaba criando uma habitualidade dessa questão de você chamar de doutor, doutora, talvez tenha um certo limite, enquanto ele tá ali trabalhando, atuando efetivamente tudo bem, mas, as vezes.. é.. fora disso ne? Num momento de confraternização ou alguma coisa assim não era necessário.

Em outro trecho percebemos que o uso do vocábulo foi exigido como forma de se diferenciar.

Entrevista 1 (ex-funcionário(a) terceirizado(a))

Entrevistador: Tinha algum servidor que exigia que usasse Doutor, Autoridade, para ser tratado diferente? Aconteceu lá, você via acontecer?

Entrevistado(a): Uma vez. Uma vez no começo quando eu entrei lá tinha uma delegada que Deus o Livre se a gente chamassem pelo nome ou chamassem de você. Eu já vi meus colegas levando uma invertida por conta disso. Tem que chamar de delegado, ela exigia, ela nos chamou lá e disse: É o seguinte há um... é... como é que chama? Quando a pessoa é hierarquicamente... tem que ser chamado conforme a função. Delegados você só poderá chamar de doutor ou Delegado Fulano, Delegado Ciclano. Escrivão Fulano, Escrivão Ciclano. Agente Fulano, Agente Ciclano. Advogados no caso Doutor. E a gente tinha que falar isso principalmente para ela, porque tinha uns que não ligam. Os escrivães eu chamava pelo nome. Alguns delegados eu já criei por hábito. Delegado Fulano, delegado ciclano. Isso foi hábito que eu criei, ne? Mas teve uma pessoa só que exigiu ser chamado conforme o cargo. (grifo nosso).

Nessas entrevistas, além da materialização do uso do doutor para distinção, percebe-se outra coisa: a imposição do limite a atuação do vocábulo. Assim, observamos que entre os servidores há uma percepção do fenômeno. O (A) entrevistado(a) 2 compreendeu que a palavra “doutor” tem um peso e estabeleceu o âmbito pessoal como limite. Em outras entrevistas as fronteiras estabelecidas foram outras. Muitos não viram problema em usar o vocábulo em âmbito particular, e outros ainda condenaram a prática em ambiente público.

Isso nos mostra que pode haver uma aceitação maior ou menor do uso de símbolos de diferenciação extralegal regulando as relações de poder. Outro exemplo foi a resposta unânime dos servidores pela pessoalidade quando perguntados se achavam que a conduta dos servidores deveria ser pautada pela pessoalidade ou pela impessoalidade. Em outro momento, muitos defenderam que em caso o servidor tenha cometido falta que não é grave, ele não ser punido pela Lei, mas somente pela conversa.

Observamos assim, que há uma adesão coletiva também a pessoalidade, pois referendar o relacional é aceitar que os símbolos de distinção talvez existam. E como vimos em outro trecho das entrevistas, a busca pela distinção no trato pessoal não é um alvo somente das classes mais elitizadas do órgão.

Entrevista 2 (ex-funcionário(a) terceirizado(a))

Entrevistador: Você já presenciou alguma situação de algum servidor dando chilique, tentando mostrar que manda mais que outro, alguma disputa de cargo de ego, alguma coisa assim?

Entrevistado(a): Muitas Vezes, muitas vezes. Inúmeras vezes já vivi isso. Tanto de delegado, quanto de escrivão, quanto de agentes, ne? Em questão de querer sempre diminuir os outros que não estavam ali naquele nível hierárquico que eles entendiam, então sempre eu via esses casos dessa questão de ego.



NEP
NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES

Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 1, jun. 2024
Dossiê Instituições e poder: parentesco e genealogias ISSN: 2447-5548

Até aqui constatamos o uso dos vocábulos como diferenciadores, contudo, estes não são os únicos. Desde a vestimenta até o tamanho das salas e a arquitetura do prédio, todos são elementos de diferenciação. Um exemplo é a sala que dá acesso ao gabinete do Superintendente, o cargo mais alto em nível estadual.

Na Superintendência da Polícia Federal no Paraná os símbolos oficiais do órgão, como a bandeira, o brasão e a missão da Polícia Federal estão expostos no corredor de acesso à sala do Superintendente. Esta é uma exibição da perspectiva oficial do órgão para qualquer pessoa que visite as suas instalações. Como estão no corredor da sala do Superintendente geralmente são apreciadas por outras autoridades ou servidores da própria polícia federal que desejam falar com a autoridade. É como se fossem apresentações à sociedade ou uma lembrança ao servidor da força do órgão e da sua autoridade, que deve ser, antes de tudo, imparcial. Contudo, no mesmo corredor, vemos as fotos posadas de todos os Superintendentes da Polícia Federal no estado. Todos os homens. Muitos são militares e os outros são delegados. Todos usam símbolos de diferenciação. Os militares estão devidamente trajados com seus uniformes militares, com a devida abreviação de seus cargos. Não são apenas os nomes dos servidores que constam, mas os cargos que ocupam. Afinal, um cargo elevado os diferencia e justifica a posição de Superintendente. Outro fato que chama atenção é quem em alguns há a abreviação Bel. antes do nome, que indica Bacharel. Um importante resquício de distinção de uma época em que havia poucos Bacharéis no órgão. Todos posam em atitude séria encarando quem os observa. Há um caráter personalista. Como se aqueles homens fossem responsáveis por garantir o funcionamento de todo o órgão de acordo com o interesse público. Há uma brecha para pessoalidade no discurso oficial. As fotos revelam que a Polícia Federal não é um órgão que funciona estritamente de acordo com a lei. Ele funciona porque é gerido por uma pessoa, que tem uma visão pessoal sobre o sistema. A foto na parede ainda remete a certa vaidade pessoal. Ter uma foto na parede é como ser chamado de “doutor”, garante um status diferenciado dentro do órgão. O cargo de Superintendente é o topo em âmbito estatal e isso é lembrado com a foto na parede. E não só com ela. Quando o Superintendente toma posse enquanto tal, há uma cerimônia de posse, com convite a outras autoridades e *coffee break*. Nenhuma outra posse de chefia ou de servidor dentro do estado do Paraná tem esse tipo de evento. Assim vão sendo criados símbolos de hierarquia, que vão sendo desejados ou impostos, também atendendo ao desejo de destaque pessoal. Assim, a foto na parede é recheada de aspectos pessoais, como se o âmbito pessoal fosse tão relegado ao inconsciente estatal, que ele eventualmente emergisse, ainda que de forma involuntária.

Quando falamos aqui de uso de símbolos com fins de diferenciação, vemos uma interferência das vontades pessoais sobre os fins públicos. Por mais que os valores da instituição sejam de acordo com o site oficial: Integridade, Inovação, Imparcialidade, Eficiência, Ética. Percebe-se que a imparcialidade não é contemplada no âmbito relacional. Essa perspectiva é corroborada no âmbito político. Durante as entrevistas, conversamos com um ex-integrante da operação Lava-jato, que afirmou que esta foi utilizada como trampolim para servidores que tinham interesse em fazer carreira dentro do órgão:

Entrevista 5

Entrevistador: E você citou a Lava-Jato, eu queria que você comparasse o ambiente fora lava-jato e dentro da Lava-jato, relacionamento entre os servidores..

Entrevistado(a): Cara, a lava-jato pra mim foi bem complexo. Foi justamente na época da greve que começou. A época eu tava saindo e alguns amigos meus ficaram lá e era uma operação com viés político que todo mundo que trabalhava na Lava-Jato.. pode dizer sim ou não, pode ser pessoas competentes, mas tinham viés político. Teve uma que virou superintendente, ou seja, eram carreiristas, e tinham um filosofia de nós vamos derrubar a república, e isso tinha mesmo. É.. então entrou naquela linha, quase igual na iniciativa privada, começou-se um lavajatismo que se você pensasse qualquer coisa que fosse diferente você era encarado como inimigo da Lava-Jato. E essa galera que era encarada como inimigo da Lava-Jato os holofotes foram colocados em cima, teve alguns que sofreram perseguição, posso citar até o meu amigo (nome do servidor), que pra mim ter feito uma covardia com alguém que eu conheço é como se tivesse feito comigo, porque eu conheço ele. E aí teve denúncia que iam colocar fogo e acabaram com fogão em tudo que era lugar, colocaram escuta em escada aonde o pessoal fumava. Então ficou bem complicado o ambiente sabe? Por conta disso, por que além de ser uma investigação sensível, criou-se aquela ideia de que se você não concordasse com qualquer coisa você era um inimigo que queria derrubar.. então foi bem complexo, foi uma fase bem estranha da polícia, sabe? E a galera era carreirista, tinha algumas pessoas complicadas, posso citar o (nome de servidor), por exemplo, é um cara completamente bipolar e estrela tanto é que quando ele foi desligado da lava-jato ele foi fazer vídeo dizendo que estavam tirando ele da lava-jato que ele estava fazendo a investigação certa, tavam querendo acochambrar.. então tinha essa briga interna foi.. não era bom não.

Assim, a adoção de condutas relacionais que visam a distinção, seja com fins de tratamento desigual, classista ou políticos, parece bastante aceita no próprio âmbito em que as relações se desenrolam. Mas a pergunta que fica é se além do âmbito relacional, essas condutas também não são referendadas pelo universo oficial, que deixa ser propagada através da exibição da imagem de cada Superintendente, ou pela omissão de regular a proibição de condutas distintivas conhecidas como o uso do “doutor”.

Assim, observamos que há um pouco de relacional e um pouco de oficial no estabelecimento das distinções observadas na Polícia Federal. Para finalizarmos essa análise



NEP
NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES

Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 1, jun. 2024
Dossiê Instituições e poder: parentesco e genealogias ISSN: 2447-5548

nos resta compreender agora, como essas práticas podem ter sido internalizadas pelos Superintendentes, que regem o estado, como naturais.

Prosopografia dos Superintendentes

Como estamos observando nessa pesquisa, ao conversar com os servidores e analisando documentos percebemos que impensoalidade é permeada por práticas de poder e interesses diversos. Dessa forma há uma presença constante da pessoalidade que mantém ou subverte as estruturas mais externas como a lei. Ao conferir tamanha presença de uma visão subjetiva dentro do órgão percebemos que é fundamental entender como a formação daqueles que ocupam os cargos mais altos podem influenciar na rotina do órgão. Assim a prosopografia se tornou um método basilar para compreender como é formado o olhar do corpo dirigente. Pela exiguidade do tempo nos aterremos ao posto mais importante de cúpula da Polícia Federal no Paraná o de Superintendente.

Os dados aqui informados foram obtidos através do site Family Search, além de notícias vinculadas pelos maiores portais de informação, e informações obtidos no sistema de Intranet da Polícia Federal.

A operação iniciou em 2014 e findou-se em 2023 e 3 servidores diferentes ocuparam o cargo máximo. O primeiro foi também o mais longevo, tendo ficado no cargo desde 2013 até 2017; Rosalvo Ferreira Franco, nascido em 1961 é filho de uma pernambucana Hilda de Oliveira Franco e José de Ferreira Franco. O pesquisado é natural do Estado de São Paulo, e graduado com Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1991. Trabalhou como agente de Polícia Federal por 13 anos, quando passou a integrar o cargo de delegado em 1999, tendo sido chefe da Delegacia de prevenção e repressão a Entorpecentes no Paraná (2003-2008), Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado (2008-2009) e Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (2011-2013) e Superintendente Regional de Polícia Federal no Estado do Paraná de 2013 a 2017, ano em que se aposentou. Rosalvo mantém uma relação de união estável com Arlete Chamulera, que trabalha como contadora. Dentre os três, Rosalvo foi o único em que não foram encontradas interligações entre os familiares com a área do Direito.

O segundo pesquisado neste trabalho é o ex-Superintendente Maurício Valeixo. Nascido em 1967, filho de Regina Claudia Valeixo e Octavio Jorge de Cesar Valeixo, na cidade de Mandaguaçu no Paraná. É descendente do clã de origem portuguesa que ingressou no Brasil



NEP
NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES

Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 1, jun. 2024
Dossiê Instituições e poder: parentesco e genealogias ISSN: 2447-5548

em 1925 com José César Valeixo, avó do pesquisado, que montou um escritório de importação e casou-se com Alberta Isolde Tamplia Dedo.

O pai de Maurício Valeixo, foi juiz de direito em 1964, e passou a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1996, tendo integrado o Grupo Interministerial de Segurança do Trânsito de 1979 a 1988, faleceu em 2003. O pesquisado ainda tem um primo de nome Lauro Luiz de Cesar Valeixo, também formado em Direito e foi inclusive diretor da CPA (Colônia Penal Agrícola) e outro de nome José Cesar Valeixo Neto que também é advogado, com escritório na cidade de Curitiba.

Maurício Valeixo é casado com Marcia Cristina Sigwalt Valeixo, procuradora federal. Esta por sua vez é filha de Djalma Sigwalt, advogado. É formado em Direito pela PUC-PR, tendo uma especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Brasília/Academia Nacional de Polícia. Foi Delegado de Polícia Civil no Paraná de 1994 a 1996, e ingressou na Polícia Federal, no cargo de delegado no mesmo ano. Dentro da Polícia Federal, ocupou, entre outros cargos a Coordenação de Ensino da Academia Nacional de Polícia no ano de 2008, foi também diretor de gestão de pessoal em 2011, bem como diretor de inteligência (2012-2013), diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado (2015 a 2017), além de Superintendente da Polícia Federal no Paraná por duas oportunidades em (2009-2010) e em (2017-2018).

Como percebemos ao redor da figura do pesquisado, além de ter uma vida dedicada ao Direito, em seu meio proliferam outros indivíduos ligados a mesma área. Não somente tendo nascido em um ambiente regido pelo pai que exerceu o cargo de desembargador, mas também através de suas escolhas que vida, como sua esposa que atua na mesma área.

A terceira figura que foi pesquisada é o delegado Luciano Flores de Lima, gaúcho de Santa Maria, nascido em 1978, filho de Guilhermina Flores de Lima e Loraci Wolle de Lima. Ele é graduado em direito pela Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2000 e pós graduado em Direito Penal e processual penal pela Universidade Paranaense (2003), local em que atuou também como professor. Possui ainda uma pós-graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública pela SENASP e UNISC (2010). É servidor integrante dos quadros da Polícia Federal desde 2002, quando ingressou como Delegado. É coautor do livro Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal. Foi Superintendente da Polícia Federal no estado do Mato Grosso do Sul em 2018, e assumiu a Superintendência da Polícia Federal no Paraná em 2019.

O pai de Luciano foi advogado e vereador na cidade de Santa Maria, ocupando o cargo de 1977 a 1982, tendo falecido no ano de 2019. Já um de seus irmãos, Loraci Flores de Lima,



NEP

Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 1, jun. 2024
Dossiê Instituições e poder: parentesco e genealogias ISSN: 2447-5548

é juiz federal, e foi nomeado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro como relator da operação Lava Jato, na 8^a turma do TRF da 4^a região. A sobrinha, Patrícia Cristina Fernandes, também é advogada trabalhista, tendo inclusive estagiado com o Juiz Sérgio Moro. Ao procurar informações sobre esta última inclusive tivemos acesso ao site de seu escritório de advocacia, e na aba trajetória, na qual a advogada relata sua experiência afirma ter trabalhado no escritório de seu avô, nomeado por ela como “doutor Loraci Wolle de Lima”. Verificamos com a esfera da distinção simbólica tão presente no universo público e social, também é reproduzido dentro das relações familiares.

O pesquisado é casado com uma advogada Allyne Beatriz Cassol da Rosa Flores de Lima, e esta por sua vez é filha de Aparecido Guilherme da Rosa, que sob a alcunha “Guilherme do quartel” tentou a candidatura a vereador no município de Guaíra em 2012, sem sucesso.

Percebemos que o entorno de Luciano, em suas relações familiares, é profícuo em pessoas que trabalham utilizando o Direito. Há também, como no caso de Valeixo, uma pessoa próxima que esteve próximo de um cargo legislativo.

Esses três pesquisados guardam uma similaridade. Todos são muito próximos da figura do ex-juiz e atual senador Sérgio Moro. A ligação é tal que os dois primeiros foram nomeados para cargos de confiança, quando o ex-juiz assumiu o ministério da Justiça e Segurança Pública em 2019. Rosalvo recebeu o cargo de Secretário de Operações Policiais Integradas e Valeixo reassumiu, como dito, a Superintendência da Polícia Federal no Paraná.

Luciano Flores também guarda alguma proximidade com o ex-juiz Sergio Moro, ele foi cotado para assumir algum cargo, quando o ex-juiz assumiu o Ministério do governo Bolsonaro. Flores também foi o delegado responsável pelo interrogatório do ex-presidente Lula em sua condução coercitiva. Lula é desafeto e adversário político de Moro. Além da proximidade com o ex-juiz da Lava Jato, Flores também é próximo do ex-juiz José Paulo Baltazar Junior, que atualmente é Oficial Registrador Titular de um cartório. Ambos dividiram a publicação de um livro de Cooperação Jurídica Internacional. A proximidade dos Superintendentes com o poder Judiciário reforça a impressão de uma mútua compreensão da impessoalidade como fim do serviço público, mas que é atravessada por práticas de poder simbólico que a suprimem em prol de uma pessoalidade que tende a beneficiar os servidores da cúpula. Afinal de contas, o Judiciário também conta com seus rituais próprios que exaltam a figura do juiz, que é considerado pela lei como o órgão em si, dotado de uma total objetividade, como se isso fosse possível. Diante de tamanha importância do Magistrado os símbolos de poder e distinção multiplicam-se como o uso da capa preta e a adoção do pronome de tratamento

Vossa Excelência. O outro lado da balança desta distinção são os altos salários e benefícios como dois períodos de férias ao ano.

Ainda que seja impossível associar, de forma definitiva, a forma de pensar dos altos servidores do Judiciário aos da Polícia Federal, é possível, no mínimo em teoria, perceber como as relações pessoais são vetores de formas de pensar semelhantes que se desenvolvem nos dois setores do serviço público brasileiro.

Outro fato que chama atenção é a relação entre os Superintendentes do período Lava Jato e a corrente política à que se alinhou o Ministro Sérgio Moro. Os três superintendentes alcançaram, ou foram cotados para cargos no ministério do ex-juiz. Esse trabalho não visa estudar os vínculos políticos da Polícia Federal, mas sim, como um discurso de impessoalidade mascara as relações de poder. No início, percebemos como a Polícia Federal goza de uma certa aclamação popular, e durante o andamento das pesquisas vimos que há uma imagem de impessoalidade. Pois a vinculação dos servidores do mais alto cargo, assim como vimos em outros momentos deste trabalho, fere a impessoalidade. Ao descermos aos meandros do dia a dia de cada servidor, verificamos que essa impessoalidade é subvertida por interesses particulares de destaque pessoal. Aqui vemos o mesmo processo, mas no âmbito macro.

Ao constatar os vínculos dos 3 Superintendentes da Polícia Federal em Curitiba durante o período Lava-Jato, percebe-se que todos têm uma proximidade com pessoas atuantes em cargos representativos da área do Direito. Essa conclusão nos mostra que pode existir, principalmente, segundo a perspectiva bourdieusiana, uma forma de pensar comum que gera um *habitus* semelhante. Como se a proximidade da elite da polícia federal do Paraná com a elite do Judiciário criasse a possibilidade de um discurso comum, ou ao menos alinhado entre as instituições.

Essa proximidade institucional também se revela nas origens de dois dos três Superintendentes aqui estudados. Luciano Flores de Lima e Maurício Leite Valeixo tiveram desde a origem familiar contato com diversas autoridades do Judiciário, além de membros de outros poderes. Essa convivência pode ter criado um *habitus* que naturaliza não somente objetivos comuns de atuação da Polícia Federal e da Justiça, mas sobretudo a crença na diferenciação baseada em símbolos, tão presente nos dois órgãos. Nesse pequeno recorte percebemos que a diferenciação baseada em símbolos no serviço público tem raízes profundas, que surgem sob uma perspectiva familiar.

Aqui não nos cabe responder se houve um processo deliberado de adoção de um discurso, ou a mera associação de uma mesma perspectiva derivada de uma contínua exposição

aos mesmos valores, condutas e troféus. O que podemos, sim, constatar é que existiu um discurso notório de Impessoalidade adotado pelos integrantes judiciais da Lava-Jato, e que os policiais federais que reclamam esses mesmos discursos foram chefiados por pessoas com vínculos profundos com a elite do judiciário.

Conclusão

Analisando os resultados aqui obtidos percebemos que há um sistema construído e reforçado no nível institucional que autoriza o servidor da Polícia Federal a buscar uma distinção social atrelada ao cargo que exerce. Esse *status quo* é ainda assegurado pelo âmbito oficial-legal que, apesar de respaldar-se em princípios que determinam a proeminência ao Interesse Público, omite-se em coibir práticas conhecidas de diferenciação como o uso do vocábulo “doutor”.

Além do âmbito institucional, constatamos nesse trabalho que a dinâmica de busca de supremacia percorre os corredores do órgão no nível das relações pessoais. As entrevistas foram esclarecedoras, pois ali contemplamos a intencionalidade do uso do cargo público, ou daquilo que dele se entende, para alcançar uma preponderância sobre os demais, dentro do ambiente de trabalho. Como vimos em algumas entrevistas o ambiente de trabalho da Polícia Federal em Curitiba é permeado por disputas. Há relatos de servidores que tentam prevalecer-se somente pela força do seu cargo para locupletar o aspecto pessoal. Contudo, há também, uma aceitação interna desse fenômeno, pois a busca de distinção é feita por todos os setores.

Também percebemos que há uma estreita ligação entre os Superintendentes, sua origem familiar, e a forma de pensar que naturaliza a distinção. Dois dos três investigados pela prosopografia tiveram suas origens e trajetórias margeadas por pessoas ligadas a área do direito e autoridade públicos, o que pode gerar uma naturalização da percepção da distinção como ferramenta aceita de projeção social.

Ao final, compreendemos que a imparcialidade, prevista como valor do órgão, e a impessoalidade propagada, principalmente durante o período das operações, não foi encontrada nos âmbitos relacionais e oficiais.

REFERÊNCIAS



NEP
NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES

Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 1, jun. 2024
Dossiê Instituições e poder: parentesco e genealogias ISSN: 2447-5548

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007

CADERNO TEMÁTICO do VI CNDPF já está disponível. adpf.org.br, 2014. Disponível em: https://www.adpf.org.br/congresso/files/Caderno_Tematico_VICNDPF.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

COELHO, Nicolas Paes. Família e Política: Capital Político-Familiar no PODEMOS paranaense (2017-2021). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

DA MATTIA, Roberto. A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEGADO QUE BATEU a porta de lula deixa MS e assume PF do Paraná. Naviraí Notícias. Disponível em: <https://navirainoticias.com.br/ler.php?id=1308>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DESEMBARGADOR VALEIXO morre na última missão. **Tribuna do Paraná.** Disponível em <https://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/desembargador-valeixo-morre-na-ultima-missao/>. Acesso: 22 ago. 2023.

DIZ PESQUISA, Bombeiros, PF e Igreja são entidades com maior confiança da população, 2023. **CNN Brasil.** 18 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/bombeiros-pf-e-igrejas-sao-entidades-com-maior-confianca-da-populacao-diz-pesquisa>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993

ESCAVADOR. Luciano Flores de Lima. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/727889/luciano-flores-de-lima>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. Ed. Globo, 2001

FENAPEF FUNDAMENTA o atributo autoridade policial de todos os agentes públicos oficiais. fenapef.org.br. Disponível em: <https://fenapef.org.br/nota-tecnica-no-032016-fenapef-fundamenta-o-atributo-de-autoridade-policial-de-todos-agentes-publicos-policiais>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FERREIRA, Marta. **Moro deve levar chefe da PF em MS para Brasília.** Campo Grande News. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/jogoaberto/moro-deve-levar-chefe-da-pf-em-ms-para-brasilia>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I. A vontade de Saber**, 13a ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOERSCH, Alciomar. **Organização, atribuições e valores da Polícia Federal**. 9 ed. Brasília: ANP, 2009.

GONZALES STEPHAN, Beatriz. **Economías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano, em Cultura y Tercer Mundo: Nuevas Identidades y ciudadanías**, Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva. **Poder Político e Familiar na ALEP: 1947-1962.** Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), v. 2, n. 2, p. 204-220, 2016.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JOUVENEL, Bertrand. **O Poder: história natural de seu crescimento**. São Paulo: Peixoto Neto, 2010.

JUIZ DA LAVA JATO, Moro deixou a magistratura para assumir Ministério da Justiça no governo Bolsonaro, veja perfil. G1, 2020. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/juiz-da-lava-jato-moro-deixou-a-magistratura-para-assumir-ministerio-da-justica-no-governo-bolsonaro-veja-perfil.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PERFIL DA EQUIPE Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2018. **Justiça.gov.br**, Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/perfil-da-equipe.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MISSÃO, VISÃO e VALORES da Polícia Federal. **Pf.gov.br**. Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 22 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). **Estado, Casse Dominante e Parentesco no Paraná**, Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; GOULART, Monica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa**. Revista Brasileira de Sociologia. v. 05, n. 11, p. 167-198, 2017.

PEREIRA, Claudemir. **Morre Ex-vereador Loraci Wolle de Lima.** Velório acontece amanhã na câmara. Sepultamento é amanhã. Disponível em:
<https://claudemirpereira.com.br/2019/02/memoria-morre-ex-vereador-loraci-wolle-de-lima-velorio-acontece-na-camara-sepultamento-e-amanha/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, Maioria da População tem pouca ou nenhuma confiança, 2023. **Brasil de Fato**, 23 de agosto de 2023. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/23/maioria-da-populacao-tem-pouca-ou-nenhuma-confianca-nas-policias-civil-e-militar-diz-pesquisa>. Acesso em: 27 abr. 2024.

QUEM É MAURÍCIO Valeixo, braço direito de Moro e exonerado por Bolsonaro do comando da PF. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/quem-e-mauricio-valeixo-braco-direito-de-moro-e-exonerado-por-bolsonaro-do-comando-da-pf.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

REGISTRO DE IMOVEIS. **Perfil de Jose Paulo Baltazar Junior** Disponível em:
<https://www.3ricampogrande.com.br/index.php?pG=X19wYWdpbmFz&idPagina=110>.
Acesso em: 22 ago. 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jesse. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000

STJ ANULA Satiagraha e condenação de Daniel Dantas. **Conjur.com.br**, 2011. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-jun-07/stj-anula-operacao-satiagraha-condenacao-daniel-dantas>. Acesso em: 22 ago. 2023.

TRF-4: DESEMBARGADOR Loraci Flores é o novo relator da Lava Jato, **MIGALHAS.COM.BR**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/385378/trf-4-desembargador-loraci-flores-e-o-novo-relator-da-lava-jato>. Acesso em: 8 fev. 2024.

VALEIXO, Lauro Luiz de César. **A velocidade de uma vida. Tribuna do Paraná**. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/a-velocidade-de-uma-vida/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Recebido em: 12 mar. 2024.

Aceito em: 30 mar. 2024.